autuado por cintiacarrer em 24/08/2026 11:39:49.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 652/2026

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Constituição Federal.
- Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 — dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- Lei Federal nº 9.725, de 27 de abril de 1999 — dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 — regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
- Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 — institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/10.
- Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 — regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
- Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 — dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- Lei Federal nº 13.731, de 8 de novembro de 2018 — dispõe sobre mecanismos de financiamento para arborização urbana e recuperação de áreas degradadas.
- Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997 — dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
- Lei Estadual nº 13.550, de 2 de junho de 2009 — dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado e dá providências correlatas.

Matéria DSP 12687/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 24/08/2026 e juntado ao PL 652/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=757699.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Orgânica do Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 10.315, de 30 de abril de 1987 — dispõe sobre a limpeza pública do Município de São Paulo e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 10.365, de 22 de setembro de 1987 — disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no Município de São Paulo e dá outras providências. As Leis Municipais nº 15.425/11, nº 15.470/11 e nº 16.137/15 introduzem modificações na Lei nº 10.365/87.

- Lei Municipal nº 10.919, de 21 de dezembro de 1990 — dispõe sobre a obrigatoriedade de o Executivo Municipal dar publicidade à poda e corte de árvores.

- Lei Municipal nº 10.948, de 24 de janeiro de 1991 — dispõe sobre a obrigatoriedade de arborização de vias e áreas verdes nos planos de parcelamento do solo para loteamentos e desmembramentos e dá outras providências. Regulamentada pelo Decreto nº 29.716, de 2 de maio de 1991.

- Lei Municipal nº 11.540, de 25 de maio de 1994 — dispõe sobre a obrigatoriedade de exame e pulverização periódica das árvores do Município de São Paulo, a fim de combater a ação dos cupins e preservar o meio ambiente.

- Lei Municipal nº 13.293, de 14 de janeiro de 2002 — dispõe sobre a criação das “calçadas verdes” no Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002 — dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo; cria e estrutura seu órgão regulador; autoriza o Poder Público a delegar a execução dos serviços públicos mediante concessão ou permissão; institui a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD), a Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (TRSS) e a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Limpeza Urbana (FISLURB); cria o Fundo Municipal de Limpeza Urbana (FMLU) e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 13.646, de 11 de setembro de 2003 — dispõe sobre a legislação de arborização nos logradouros públicos do Município de São Paulo e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 13.846, de 17 de junho de 2004 — dispõe sobre a proibição de plantio de árvores nas esquinas onde haja semáforos e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 14.186, de 4 de julho de 2006 — institui o Programa Municipal de Arborização Urbana e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 14.675, de 23 de janeiro de 2008 — institui o Plano Emergencial de Calçadas (PEC).

Matéria DSP 12687/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 24/08/2026 e juntado ao PL 652/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=757699.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 14.676, de 30 de janeiro de 2008 — dispõe sobre a criação do calendário anual para o plantio de árvores nas vias e logradouros públicos do Município de São Paulo e dá outras providências. Regulamentada pelo Decreto nº 49.978, de 29 de agosto de 2008.

- Lei Municipal nº 14.723, de 15 de maio de 2008 — institui, no Município de São Paulo, o Programa de Aproveitamento de Madeira de Podas de Árvores (PAMPA) e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 14.803, de 26 de junho de 2008 — dispõe sobre o Plano Integrado de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos da Construção Civil e Resíduos Volumosos e seus componentes, o Programa Municipal de Gerenciamento e Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme previstos na Resolução CONAMA nº 307/2002; disciplina a ação dos geradores e transportadores desses resíduos no âmbito do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 14.902, de 6 de fevereiro de 2009 — dispõe sobre as infrações administrativas de provocação de danos em vegetação de porte arbóreo pela colocação de adereços, enfeites, placas e similares e, por consequência, de danos em animais vertebrados da fauna silvestre.

- Lei Municipal nº 15.425, de 25 de agosto de 2011 — introduz modificações nos arts. 9º e 12 da Lei nº 10.365, de 22 de setembro de 1987, que disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 15.428, de 26 de agosto de 2011 — cria o Programa de Requalificação Arbórea e Ambiental da Cidade de São Paulo e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 15.442, de 9 de setembro de 2011 — dispõe sobre a limpeza de imóveis, o fechamento de terrenos não edificados e a construção e manutenção de passeios, bem como cria o Disque-Calçadas, revoga a Lei nº 10.508, de 4 de maio de 1988, a Lei nº 12.993, de 24 de maio de 2000, o art. 167 e o correspondente item constante do Anexo VI da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, com alterações.

- Lei Municipal nº 15.572, de 9 de maio de 2012 — determina a adoção dos critérios socioambientais que especifica no desenvolvimento e implantação de políticas, programas e ações pelo Poder Público Municipal e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 15.910, de 27 de novembro de 2013 — dispõe sobre a criação e organização de Conselhos Gestores dos Parques Municipais.

- Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014 — aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.

Matéria DSP 12687/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 24/08/2026 e juntado ao PL 652/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=757699.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 16.137, de 16 de março de 2015 — permite a delegação de competência para autorização de manejo arbóreo e dá providências correlatas.

- Lei Municipal nº 16.212, de 10 de junho de 2015 — dispõe sobre a gestão participativa das praças do Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016 — disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 — Plano Diretor Estratégico (PDE).

- Lei Municipal nº 16.733, de 1º de novembro de 2017 — altera o § 2º do art. 9º da Lei nº 10.365, de 22 de setembro de 1987, acrescido pela Lei nº 16.137, de 16 de março de 2015, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.267, de 13 de janeiro de 2020 — altera a Lei nº 10.365, de 22 de setembro de 1987, e a Lei nº 10.919, de 21 de dezembro de 1990, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.794, de 27 de abril de 2022 — disciplina a arborização urbana, quanto ao seu manejo, visando à conservação e à preservação, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 18.504, de 18 de junho de 2026 — dispõe sobre o Programa Vagas Verdes nas vias do Município de São Paulo e dá outras providências.

- Decreto Municipal nº 26.535, de 3 de agosto de 1988 — regulamenta a Lei nº 10.365, de 22 de setembro de 1987, que disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no Município de São Paulo e dá outras providências. Com alteração dos Decretos nº 28.088/89 e nº 56.131/15.

- Decreto Municipal nº 48.224, de 23 de março de 2007 — cria a Zeladoria Urbano-Ambiental no âmbito de cada Subprefeitura.

- Decreto Municipal nº 52.153, de 28 de fevereiro de 2011 — regulamenta disposições da Lei nº 14.887, de 15 de janeiro de 2009, referentes ao Departamento de Participação e Fomento a Políticas Públicas (DPP), ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES), ao Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA) e ao Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CONFEMA); revoga os Decretos nº 33.804, de 17 de novembro de 1993, e nº 41.713, de 25 de fevereiro de 2002.

- Decreto Municipal nº 59.094, de 22 de novembro de 2019 — dispõe sobre o Programa Mutirão nos Bairros.

Matéria DSP 12687/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 24/08/2026 e juntado ao PL 652/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=757699.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Decreto Municipal nº 61.859, de 3 de outubro de 2022 — dispõe sobre as competências para comunicação e autorização do manejo arbóreo, nas situações que especifica; regulamenta os arts. 23 a 27 da Lei nº 17.794, de 27 de abril de 2022.

- Portaria nº 44/12, da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras — dispõe sobre vistorias técnicas realizadas em exemplares arbóreos localizados em vias públicas, conforme especifica.

- Portaria nº 130/13, da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente — dispõe sobre compensação ambiental e manejo por corte, transplante ou intervenção ao meio ambiente.

- Manual Técnico de Arborização Urbana da Cidade de São Paulo.

- Manual Técnico de Poda Urbana da Cidade de São Paulo.

- PL 208/15 — altera o § 2º do art. 9º da Lei nº 10.365, de 22 de setembro de 1987, acrescido pela Lei nº 16.137, de 16 de março de 2015, e dá outras providências, com referência ao corte e à poda de vegetação de porte arbóreo existente no Município de São Paulo.

- PL 619/2026 Institui, no Município de São Paulo, normas gerais para os Termos de Compromisso Ambiental – TCA relativos à arborização urbana e viária, estabelecendo critérios de hierarquia de mitigação, equivalência ecológica, ganho ambiental líquido, monitoramento, transparência e responsabilidade continuada, e dá outras providências.

- PL 618/2026 Institui o Programa Municipal de concretagem e Requalificação Ambiental dos Canteiros Arbóreos, como instrumento da política municipal de adaptação às mudanças climáticas, proteção da arborização urbana e ampliação da infraestrutura verde, e dá outras providências.

- PL 389/2026 Institui o Regime Emergencial de Proteção Arbórea no Município de São Paulo, estabelece medidas excepcionais de proteção da vegetação arbórea urbana, orienta ações para garantir a ampliação da cobertura vegetal, define critérios mínimos para nova legislação a ser apresentada, altera a Lei Municipal nº 14.887, de 15 de janeiro de 2009 e dá outras providências.

- PL 617/2026 Reconhece a vegetação arbórea existente e que vier a existir no Município de São Paulo como sujeito de direitos, estabelece medidas para sua proteção e dá outras providências.

Matéria DSP 12687/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 24/08/2026 e juntado ao PL 652/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=757699.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- PL 358/2026 Institui o Programa Quebrada Verde, destinado à implantação de vasos com plantas e elementos de paisagismo urbano em calçadas de áreas periféricas do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 1313/2025 Dispõe sobre a criação do Programa “Árvore-Mestra” no Município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 1129/2025 Altera a Lei nº 17.794, de 27 de abril de 2022, para instituir o Sistema Municipal de Transparência e Monitoramento da Saúde das Árvores, em consonância com as diretrizes do Plano Municipal de Arborização Urbana, e dá outras providências.

- PL 149/2025 Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para a destinação à compostagem e reciclagem de resíduos provenientes dos serviços de manejo, manutenção e conservação de espécies arbóreos de todas as áreas públicas do município, reduzindo a destinação ou disposição final em aterros sanitários.

- PL 396/2024 Altera a redação do art. 14 da Lei nº 17.794, de 27 de abril de 2022, que “Disciplina a arborização urbana, quanto ao seu manejo, visando à conservação e à preservação, e dá outras providências”.

- PL 98/2024 “Dispõe sobre a criação de um Programa de Arborização Urbana Eficiente na cidade de São Paulo, para o cuidado das árvores, e fixa outras providências.”

- PL 10/2024 Estabelece obrigatoriedade de podas de árvores e conservação e preservação das árvores a cada seis meses e determina o plantio de novas árvores em vias públicas apenas no canteiro central onde houver, sendo obrigatório o canteiro central em novas vias públicas com largura superior a 25 (vinte e cinco) metros.

- PL 787/2023 Estabelece a substituição de exemplares arbóreos em situação de risco, nos termos em que especifica e dá outras providências

- PL 470/2023 Dispõe sobre a poda de árvore pelas empresas concessionárias de energia elétrica, na forma que especifica e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 24 de agosto de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 12687/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 24/08/2026 e juntado ao PL 652/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=757699.